Resolução CGE-15, de 26-8-2022

Institui a Política de Gestão de Riscos da Controladoria Geral do Estado"

O Controlador Geral do Estado, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 17 da LC 1.361-2021, c/c com o art. 30 do Dec. Est. 66.850-2022;

Considerando as atribuições da Coordenadoria de Controle Estratégico e Promoção de Integridade, da Controladoria Geral do Estado (CGE), previstas no art. 25 do Dec. Est. 66.850-2022;

Considerando as diretrizes e atividades do Departamento de Gestão de Riscos e Controle Estratégico, da Coordenadoria de Controle Estratégico e Promoção de Integridade, definidas no art. 2º da Resolução CGE 9-2022;

Considerando que as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e controle preventivo, previstas no art. 169 da LF 14.133-2021;

Considerando o programa de integridade e a área de conformidade a serem adotados por empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado de São Paulo, previstos no art. 5º, I, do Dec. Est. 62.349-2016, que regulamenta a aplicação da LF 13.303-2016, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1º - Fica instituída a Política de Gestão de Riscos da Controladoria Geral do Estado (CGE), que estabelece os direcionadores da gestão de riscos no âmbito da CGE.

Artigo 2º - A Política de Gestão de Riscos da CGE estabelece os conceitos, objetivos, princípios, responsabilidades e o processo de gestão de riscos, com vistas à incorporação da análise de riscos à tomada de decisão, em conformidade com as boas práticas de governança adotadas no setor público.

Artigo 3º - O processo de gestão de riscos deverá ser implementado de forma gradual em todas as áreas da CGE, sendo priorizados os processos organizacionais que impactam diretamente no atingimento dos objetivos definidos no Planejamento Estratégico, podendo ser aplicado também a seus respectivos processos de trabalho, projetos, atividades e ações.

Parágrafo único - Os gestores deverão garantir o apoio institucional para promover a gestão de riscos, em especial os recursos tecnológicos, financeiros e humanos, para a efetividade do processo.

CAPÍTULO II

DOS CONCEITOS

Artigo 4º - Para fins desta Resolução, considera-se:

I – Accountability ou prestação de contas: conjunto de procedimentos adotados pelas organizações públicas e pelos indivíduos que as integram que evidenciam sua responsabilidade por decisões tomadas e ações implementadas, incluindo a salvaguarda de recursos públicos, a imparcialidade e o desempenho das organizações;

II – Apetite a risco: nível de risco que a organização está disposta a aceitar;

III – Controle interno: conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, conferências e trâmites de documentos e informações, entre outros, operacionalizados de forma integrada, destinados a enfrentar os riscos e fornecer segurança razoável de que os objetivos organizacionais serão alcançados;

IV – Gestão de riscos: aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas que contemplam as atividades de identificar, analisar, avaliar, tratar e monitorar potenciais eventos que possam afetar a organização, destinado a fornecer segurança razoável quanto à realização de seus objetivos;

V – Governança pública: conjunto de mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade;

VI – Medida de controle: medida aplicada pela organização para tratar os riscos, aumentando a probabilidade de que os objetivos e as metas organizacionais estabelecidos sejam alcançados;

VII – Meta: alvo ou propósito com que se define um objetivo a ser alcançado;

VIII – Objetivo organizacional: situação que se deseja alcançar de forma a se evidenciar êxito no cumprimento da missão e no atingimento da visão de futuro da organização;

IX – Processo: conjunto de ações e atividades inter-relacionadas, que são executadas para alcançar produto, resultado ou serviço predefinido;

X – Proprietário do risco: pessoa ou entidade com a responsabilidade e a autoridade para gerenciar o risco;

XI – Risco: possibilidade de ocorrência de um evento que tenha impacto no atingimento dos objetivos organizacionais.

CAPÍTULO III

DOS OBJETIVOS

Artigo 5º - A Política de Gestão de Riscos tem por objetivos:

I – aumentar a probabilidade de atingimento dos objetivos organizacionais, por meio da identificação de potenciais eventos que possam afetar sua consecução;

II – alinhar a atuação gerencial ao apetite a riscos do órgão;

III – melhorar o controle interno da gestão;

IV – aperfeiçoar os mecanismos de governança e prestação de contas, contribuindo para o uso eficiente, eficaz e efetivo de recursos;

V – disseminar a cultura de gestão de riscos e controles internos;

VI – estabelecer uma base confiável para o planejamento e a tomada de decisão.

CAPÍTULO IV

DOS PRINCÍPIOS

Artigo 6º - São princípios da Política de Gestão de Riscos:

- I – agregar valor e proteger o ambiente interno;
- II – ser parte integrante dos processos organizacionais;
- III – ter uma abordagem sistemática, estruturada e abrangente;
- IV – ser personalizada e proporcional ao contexto externo e interno da organização;
- V – ser inclusiva e transparente, com envolvimento de todas as partes interessadas;
- VI - ser dinâmica e capaz de responder a mudanças;
- VII – usar a melhor informação disponível;
- VIII – considerar fatores humanos e culturais;
- IX – fomentar a melhoria contínua, por meio do aprendizado e experiências.

CAPÍTULO V

DAS RESPONSABILIDADES

Artigo 7º - As responsabilidades quanto à gestão de riscos da CGE organizam-se consoante o Modelo das Três Linhas no controle, supervisão de conformidade e avaliação de riscos, compreendendo:

I – Primeira Linha: composta pelos proprietários dos riscos, são os gestores em seus respectivos âmbitos e escopos de atuação, os responsáveis pelos processos de trabalho, projetos, atividades e ações desenvolvidos nos níveis estratégicos, táticos ou operacionais;

II – Segunda Linha: composta pelos especialistas em controles internos, gestão de riscos e conformidade, que têm como objetivo apoiar os gestores para que cumpram com suas responsabilidades de Primeira Linha, fornecendo conhecimento e ferramentas adequados;

III – Terceira Linha: composta pelo controle interno, que tem o papel de fazer uma avaliação objetiva e independente dos controles e da gestão de riscos.

Artigo 8º - Compete aos gestores proprietários dos riscos, como Primeira Linha:

I – escolher os processos, projetos, atividades e ações que terão seus riscos gerenciados e tratados, observada a Política de Gestão de Riscos;

II – definir os níveis de risco aceitáveis e elaborar os planos de ação para o tratamento dos riscos, considerando a declaração de apetite a riscos do órgão;

III – realizar o acompanhamento da evolução dos níveis de risco e da efetividade dos planos de ação.

Artigo 9º - Compete aos profissionais especialistas em controles internos, gestão de riscos e conformidade, como Segunda Linha:

I – apoiar a Primeira Linha na implantação, monitoramento e melhoria dos controles internos estabelecidos na gestão de riscos;

II – monitorar os riscos que impactam o alcance dos objetivos estratégicos;

III – avaliar adequação, suficiência e eficácia do processo de gestão de riscos, revisando a política e a metodologia de gestão de riscos sempre que necessário;

IV – assessorar o Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Integridade nos temas técnicos acerca da gestão de riscos.

Artigo 10 - Compete ao controle interno, instituído pela Resolução CGE nº 013, de 19 de agosto de 2022, como Terceira Linha:

I – avaliar as atividades da Primeira e Segunda Linhas no que tange à eficácia dos controles internos e da gestão de riscos, assessorando-os quanto às melhores práticas;

II – verificar a conformidade das atividades executadas à Política de Gestão de Riscos;

III – avaliar o desempenho da gestão de riscos, com o objetivo de promover a melhoria contínua do processo, de forma a auxiliar a organização a alcançar seus objetivos estratégicos.

Artigo 11 - Compete ao Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Integridade como unidade central de coordenação e supervisão da gestão de riscos:

I – definir os limites de apetite a risco no nível institucional e a periodicidade de suas revisões;

II – aprovar as revisões da política e metodologia de gestão de riscos;

III – aprovar os planos de ação e as respectivas medidas de controle a serem implementadas;

IV – zelar pelo alinhamento da gestão de riscos aos padrões de conduta e integridade, assim como ao planejamento estratégico da organização.

Parágrafo único. O Comitê de Governança, Gestão de Riscos e Integridade será instituído e normatizado em documento específico.

CAPÍTULO VI

DO PROCESSO

Artigo 12 - O processo de gestão de riscos compreende as seguintes etapas:

I – Entendimento do contexto: conhecer os objetivos organizacionais e os processos a eles relacionados, assim como definir os contextos internos e externos a serem levados em consideração ao gerenciar os riscos;

II – Identificação e análise de riscos: levantar os possíveis riscos associados aos objetivos organizacionais e processos, bem como suas causas e consequências;

III – Avaliação de riscos: estimar os níveis dos riscos identificados, avaliando sua severidade com base em critérios de impacto e probabilidade de ocorrência, e definição do apetite a riscos;

IV – Tratamento de riscos: eleger quais riscos terão suas respostas priorizadas e definir as respostas aos riscos, de forma a adequar seus níveis ao apetite estabelecido, além da escolha das medidas de controle associadas a essas respostas;

V – Comunicação e monitoramento: acompanhar o desempenho, verificar adequação e suficiência dos controles internos, mantendo um fluxo contínuo de compartilhamento de informações entre as partes interessadas.

Parágrafo único. A Metodologia de Gestão de Riscos será detalhada em documento específico.

Artigo 13 - A Política de Gestão de Riscos deve ser objeto de revisão periódica, sempre que necessário.

Artigo 14 - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.